

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.963 - SP (2019/0265802-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN**  
**ADVOGADO** : **JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA - SP103745**  
**AGRAVADO** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF/1988, em oposição a acórdão do TRF da 3ª Região ementado nos seguintes termos (e-STJ, fls. 399-400):

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. IMUNIDADE. ART. 195, § 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. REQUISITOS LEGAIS. ART. 55 DA LEI 8212/91. REDAÇÃO ORIGINAL. ART. 9º E 14 DO CTN. AUSENCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS.

1. Não deve ser conhecido o agravo retido não reiterado nas razões de apelação, a teor do disposto no art. 523, §1º, do CPC.

2. No julgamento do RExt nº 636.941/RS, sob a sistemática da repercussão geral prevista no artigo 543-B do CPC, tema 432, o Supremo Tribunal Federal pacificou seu entendimento sobre a matéria no sentido do reconhecimento da existência de imunidade em favor das entidades de assistência social sem fins lucrativos, conforme dicção do art. 195, §7º, da Magna Carta, desde que comprovem o preenchimento dos requisitos exigidos cumulativamente pelo art. 55 da Lei n. 8212/1991, na sua redação original, e aqueles previstos nos artigos 9º e 14, do CTN.

3. O estatuto social se caracteriza como mera declaração de intenções da entidade, que é insuficiente para a satisfação da exigência legal, à vista de que não foram apresentados elementos de prova de que tenha sido cumprida concretamente por meio de balanço patrimonial, demonstração de receitas e despesas, origens e aplicações de recursos, declaração de imposto de renda da pessoa jurídica, entre outros. 4. Ausente de comprovação o requisito da ausência de distribuição de renda a qualquer título e aplicação integral de seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais (artigo 14, incisos I e II, do CTN e artigo 12, § 2º, alíneas a e b, da Lei nº 9.532/1997).

5. Inexistem nos autos documentos aptos a demonstrar o cumprimento do requisito da escrituração de suas receitas e despesas e conservação dos atinentes documentos (artigo 14, inciso III, do CTN e artigo 12, § 22, alíneas c e

d, da Lei nº 9.532/1997) 6. Tampouco, há notícia nos autos da apresentação de declaração de rendimentos (artigo 12, § 2º, alínea e, da Lei nº 9.532/1997) 7. Com efeito, resta evidenciado nos autos que não foram comprovados os requisitos previstos nos artigos 14 do CTN e 12, § 2º, alíneas a, b, c, de e." 8. Agravo retido não conhecido. Apelação da União e remessa oficial providas.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 242-431).

Alega a insurgente, nas razões do especial, a existência de violação do disposto nos arts. 9º e 14 do CTN sob o argumento de que a apresentação do Cebas é suficiente para demonstração do direito à imunidade tributária.

Afirma, ainda, divergência jurisprudencial acerca do tema.

A negativa de admissibilidade teve por esteio o óbice da Súmula 7/STJ.

É o relatório.

Impugnados os fundamentos da decisão agravada, passo à análise do recurso especial.

O Tribunal de origem afirmou que a sociedade empresária recorrente não logrou êxito em demonstrar documentalmente o cumprimento dos requisitos necessários ao reconhecimento da imunidade tributária pretendida.

Confira-se (e-STJ, fls. 394-395):

No mesmo sentido, restou não comprovado o requisito da ausência de distribuição de renda a qualquer título e aplicação integral de seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais (artigo 14, incisos I e II, do CTN e artigo 12, § 22, alíneas a e b, da Lei nº 9.532/1997).

Verifico ainda que inexistem nos autos documentos aptos a demonstrar o cumprimento do requisito da escrituração de suas receitas e despesas e conservação dos atinentes documentos (artigo 14, inciso III, do CTN e artigo 12, § 2º, alíneas c e d, da Lei nº 9.532/1997) Tampouco, há notícia nos autos da apresentação de declaração de rendimentos (artigo 12, § 2º, alínea e, da Lei nº 9.532/1997)

Com efeito, resta evidenciado nos autos que não foram comprovados os requisitos previstos nos artigos 14 do CTN e 12, § 2º, alíneas a, b, c, d e e."

Para afastar o entendimento a que chegou a Corte *a quo*, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar se os requisitos da imunidade tributária se encontram presentes, como sustentado neste apelo, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial por óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

A propósito:

PROCESSUAL E TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE DA ENTIDADE BENEFICENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Consignado pelo acórdão recorrido que houve comprovação dos requisitos

necessários ao deferimento da imunidade tributária, incabível alterar a conclusão do julgado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.724.782/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/5/2018)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ACÓRDÃO EMBASADO EM PREMISSAS FÁTICAS. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - *In casu*, rever o posicionamento do tribunal de origem de que a ora Agravada, entidade privada sem fins lucrativos, preencheu os requisitos legalmente exigidos para a outorga da imunidade tributária demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.698.982/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 5/12/2017)

Ainda, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL. MULTA DE TRÂNSITO. SUBSTITUIÇÃO POR ADVERTÊNCIA. ART. 267 DO CTB. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. DIVERGÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. O acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que não cabe ao Poder Judiciário a análise dos critérios de conveniência e oportunidade adotados pela Administração por ocasião do controle de atos discricionários.

Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ. Na mesma linha: AgRg no REsp 1.545.710/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 1º/3/2016.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", o Superior Tribunal de Justiça entende que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.488.466/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 06/11/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator